

## MEMÓRIA DE REUNIÃO CONSELHO DIRETOR / PPBio

**LOCAL:** Sala dos Conselhos / SEPED

**DATA:** 26 e 27 de maio de 2008

### **PARTICIPANTES:**

Luiz Antônio Barreto de Castro - SEPED

Fábio Scarano – JBRJ / CAPES

Ana Rita Alves – Mamirauá

Helena Luna – CNPq

Célio Magalhães – PPBio INPA

Nilson Gabas – MPEG

Ugo Vercillo – ICMBio

Clóvis Andrade – SEPED

Cassiane Jaroszewski – SEPED

Ana Maria Giuliatti –PPBio semi-árido

Gilberto Soares – FINEP

Carlos Oiti – SCUP

Fábio Edir – CONFAP

Adalberto Val – INPA

Ana Giuliatti – UEFS

David Oren – MCT / Geoma

Andréa Nunes – SEPED

### PAUTA

#### **1. Abertura pelo Presidente do Conselho Diretor**

Apresentação do Plano de Ação 2007-2010 do MCT, da estrutura da SEPED e dos programas desenvolvidos pela Secretaria. Ênfase na necessidade de fortalecimento e integração dos programas. Proposta a ser escrita com os secretários de C&T de um programa para a região amazônica. Foi feito o informe sobre envio ao Ministro de proposta de rede estruturada de programas que deverá ser analisada posteriormente pelo Comitê Científico (CC) do PPBio.

#### **2. Aprovação da Pauta e da Ata da 3ª Reunião Ordinária**

#### **3. Apresentação pelo representante da CAPES - Dr. Fábio Scarano – dos resultados das reuniões do GEO - Bon e da cooperação Brasil - Alemanha /Mata Atlântica)**

O Conselheiro informou que o GEO - Bon é uma iniciativa com 70 países signatários (entre eles o Brasil), financiado pela NASA e Diversitas e localizado na Suíça. O GEO - Bon é uma rede que articula outras redes de informação com disseminação de dados sobre a biodiversidade (componente molecular, espécies e ecossistemas). Informou que a associação entre o PPBio e o Biota África formará a coluna vertebral de pesquisa em biodiversidade para os trópicos do ponto de vista do GEO - Bon. Relembrou que precisamos estruturar um sistema de informação em biodiversidade pois temos várias iniciativas de disseminação mas falta uma infra-estrutura nacional para disponibilizar informações.

**Comentários CD:** *Temos que constituir uma rede que seja alimentada por vários pontos focais em web. A coordenação nacional da rede tem que ser do MCT. Precisamos definir que tipos de dados a ser inseridos no sistema. É fundamental a inclusão do Museu Mello Leitão nas redes do PPBio Mata Atlântica. Há necessidade de maior investimento e de aprimorar as formas de cooperação internacional.*

#### 4. Aprovação do plano de atividades do PPBio para 2008 – 2009

##### Temas abordados:

- **Estratégia de aplicação de recursos**

A proposta da Secretaria Executiva do PPBio é de que os planos operativos anuais da Amazônia Oriental, Ocidental e do Semi-árido sejam de R\$ 1 milhão. O Secretário questionou se devemos aplicar 80% dos recursos para inventários e coleções e 15% para bioprospecção, como sugerem as notas técnicas. Esclareceu também os planos apresentam altos custos em fortalecimento de infra-estrutura institucional e que a orientação do ministro é de que esses custos devem ficar a cargo dos institutos e SCUP. Melhor estratégia é captar recursos para inventários e coleções e tentar outras estratégias para financiar infra-estrutura.

- **Estratégia de atuação do PPBio (inserção do PPBio no programa 1421; estrutura do Programa; necessidade de novas ações; formação de recursos humanos)**

Secretário apresentou proposta de inserção do PPBio no programa 1421 (Programa Meteorologia e Mudanças Climáticas). Esclareceu que a proposta não retira o PPBio do Programa 1122 (Ciência, Natureza e Sociedade), mas inclui ações no programa 1421 e pediu aos conselheiros que dêem a ele espaço para negociar a participação do PPBio na Rede Clima, sem contudo descaracterizá-lo. Informou que não há nada proposto no tema de recuperação de áreas degradadas, fixação de biomassa e MDL no PPBio. Não temos também nenhum projeto de reflorestamento e sequestro de carbono. Secretário poderá anunciar na reunião da Rede Clima que poderão ser criadas ações do PPBio voltadas para a recuperação e fixação de carbono e biomassa e restauração da biodiversidade.

**Comentários CD:** *A inclusão de ações no 1421 poderia ser feita se fosse destacado que quem tem a capacidade de dar a informação que deve ser usada para previsão é quem efetivamente trabalha com inventários e taxonomia. Devemos identificar temas centrais e interfaces (biodiversidade pode ser tratada com interface com clima). Devemos garantir que o eixo principal do programa (coleções, inventários) seja garantido. Podemos prever uma interface no programa 1122 incluindo uma ação para análise de efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade. O futuro do PPBio está no desenvolvimento de interfaces no âmbito do Programa. Conselheiros questionaram se houve avanços na execução da idéia de criar um mecanismo para transformar o PPBio em um programa transversal que perpassse os outros ministérios. Um dos temas que poderiam entrar como ação no programa 1421 seria o efeito das mudanças climáticas sobre a biodiversidade e as espécies ameaçadas. Podemos começar com monitoramento climático de Araucaria, Pau Brasil, Mogno e Virola e a resposta genética das espécies à mudança climática. Devemos estudar a variabilidade genética também das espécies. Paralelamente precisamos iniciar a constituição do sistema de informações que seria um importante produto das ações do PPBio.*

O Secretário questionou se a melhor estratégia de ação para o PPBio é manter os três componentes ou transformar o PPBio em um programa que cuide exclusivamente de inventários e coleções. Sugeriu construir uma proposta para o PPBio com 4 componentes (inventários, coleções, bioprospecção e monitoramento) e elaborar uma matriz lógica sobre os componentes, com ênfase sobre os impactos para ser levada na discussão com a Rede Clima. Informou que temos urgência em analisar os impactos das mudanças climáticas principalmente a biosfera. Sugeriu que o Conselho Diretor faça um pedido ao CC para que amplie a capacidade de monitoramento do PPBio. Devemos procurar indicadores de curto prazo para nos apontar que cenários são mais confiáveis.

**Comentários CD:** *Um dos componentes do MDL em que caberia uma ação seria a avaliação do impacto da biodiversidade sobre as mudanças climáticas e vice-versa. O monitoramento de biodiversidade feito pelo PPBio compatibilizado com os dados de clima podem ter efeitos interessantes. O retorno que temos hoje em dia dos monitoramentos feitos, entretanto, não são rápidos. Talvez pudesse haver um redirecionamento dos monitoramentos feitos pelo PPBio para uma ação voltada para a análise de mudanças climáticas. Sugere que a ação a ser inserida seja de restauração da biodiversidade em áreas degradadas para captação e fixação de CO<sub>2</sub>. Temos que mostrar que possuímos competência para avaliar os impactos da mudança de clima e para isso temos que transformar os dados de inventários e coleções em dados úteis. O CBA pode ser um ponto focal para a continuação dos trabalhos que são feitos pelos componentes inventários e coleções? Poderíamos utilizar populações que reagem muito bem e são indicadoras à mudanças climáticas como as montanhas. Uma recomendação para o CC seria a de destacar alguns bioindicadores e ambientes e monitorar talvez esses dois componentes da biodiversidade. Aproximadamente 40% das espécies ameaçadas deverão estar em 2010 inseridas em projetos de restauração de áreas degradadas. Não conhecemos ainda valores de produtividade por diferentes biomas brasileiros. Esse seria também um bom tema para pensarmos em convergência entre os programas. Poderíamos ter dentre outros produtos: (i) uma lista de espécies do Brasil (ainda inexistente), (ii) uma lista de espécies ameaçadas.*

Foi discutida sobre a necessidade do PPBio ter uma ação abrangendo toda a cadeia do setor produtivo (desde a coleta até a parte final da produção). Acredita que no fim da cadeia, se tivermos propostas de agregação de valor que tenham como consequência a inclusão social teremos produtos altamente financiáveis pelo setor privado ou financeiro. As ações temáticas não têm nenhum compromisso com inclusão social e ações desse porte podem trazer parceiros como o Banco do Brasil e o BNDES. Lembrou que precisamos ter a visão de todos os elos da cadeia ou não teremos uma estratégia sistêmica e eficiente da aplicação dos recursos.

**Comentários CD:** *Podemos pensar em adotar/estimular a ação de pequenas comunidades de ribeirinhos via planos de negócios do BB. Proposta de uma rede para fitoterápicos, planos de negócios para camu – camu, copaíba e para uso de certas espécies de peixes. Buscar o BB como um cliente interessado em apoiar mestrados profissionalizantes no contexto de projetos voltados para inclusão social com fitoterápicos, camu - camu, peixes, etc. Propostas para inclusão social com objetivo de formar pessoal nas comunidades para atuar em planos de negócios de uso de componentes da biodiversidade seriam muito bem aceitas pela CAPES e poderiam ser apoiadas pelos mestrados profissionalizantes. As atividades de extensão, a transferência de tecnologia não poderão ser feita pelos pesquisadores. É exatamente neste segmento que precisamos dos mestrados profissionalizantes. O representante da FINEP sugeriu a utilização do trabalho de análise da cadeia de valor agregado aos fitoterápicos feito pelo Dr. Siani. Essa abordagem para fitoterápicos é aplicável para toda a discussão que está sendo travada aqui. O representante comprometeu-se em disponibilizar o documento e sugere que o livro do Dr. Siani seja atualizado e publicado para fins de divulgação para orientação geral dos passos necessários para a formação de cadeia de valor em fitoterápicos.*

Secretário informou que há anos discute com diretor da CAPES o problema de fitoterápicos. Precisariamos de 5 ou 6 centros para desenvolvimento, que poderiam ser os centros de Pós Graduação da CAPES níveis 6 e 7. Podemos testar a cadeia de fitoterápicos da coleta até o registro na Anvisa. Na Amazônia teríamos que fortalecer os cursos de fármacos (que não alcançam nível cinco) ou trabalhar em conjunto com o CBA.

Outra questão que o PPBio deve enfrentar é a de formação de recursos humanos. Aproximadamente 70% da informação publicada sobre a Amazônia não é gerada por autores brasileiros e a reversão desse quadro passa pela formação de recursos humanos. O CD questionou se a capacitação e fixação de recursos humanos na Amazônia poderia ser um ponto focal do PPBio. O Secretário

informou que a quinta meta do programa de C,T &I para a Amazônia é a formação e fixação de recursos humanos na região.

- **Estratégias de captação de recursos**

O Secretário informou que não conseguiremos mais recursos com o argumento que a biodiversidade é nossa riqueza e devemos protegê-la. Precisamos mostrar a utilidade e a eficácia dos produtos produzidos pelo PPBio. Questiona que produtos o PPBio pode entregar? Não podemos nos restringir à taxonomia, temos que ir além e começarmos a tratar de informações mais elaboradas que podem ser produzidas a partir dos 3% da biodiversidade que já descrevemos. O desmatamento na Amazônia demanda soluções. Devemos utilizar a inteligência do PPBio em estratégias para conter o desmatamento. O caminho poderia ser a análise do impacto do uso humano e os efeitos dessas atividades sobre a variabilidade genética das espécies, para isso teríamos que ter um enorme banco genético dessas espécies. O conhecimento da biodiversidade e de sua variabilidade genética é um caminho para analisarmos os impactos do desmatamento e de outras ações antrópicas por meio de indicadores.

**Comentários CD:** *Devemos ter uma política agressiva que proporcione ao Brasil a possibilidade de dominar as informações sobre a nossa biodiversidade. Devemos demonstrar a importância da taxonomia no processo de conhecimento e uso da biodiversidade e a importância dos produtos que podem ser gerados a partir de informação taxonômica. O papel do MCT deve ser o de conhecer a biodiversidade e gerenciar as informações sobre a mesma, portanto, inventários e coleções são componentes estratégicos. Para alavancarmos recursos precisamos de um projeto que necessariamente saia do âmbito das coleções. Precisamos ir além do levantamento de informação e também fazer o desenvolvimento, senão a titularidade de informação se perde. O futuro do PPBio deveria contemplar pelo menos uma rede por bioma em 05 anos. O PPBio precisa identificar novos parceiros para ampliar seu escopo e aumentar a captação de recursos. Os conselheiros identificaram várias fontes de possíveis parcerias que devem ser exploradas. Pode ser possível propor ações inteiramente financiadas pelo setor privado.*

**PETROBRÁS:** devemos explorar as diversas interfaces com a empresa. que apoia aproximadamente 70% dos custos das coleções do JBRJ. O CENPES tem grande interesse na criação de redes temáticas para em projetos de seqüestro e fixação de CO2 e restauração de áreas degradadas. Essa é uma fonte importante de parceria que pode ser utilizada pelo PPBio para projetos de restauração de áreas e reflorestamento. Secretário relembra que Sr. Paulo Cunha é o responsável na Petrobrás pelos projetos voltados à MDL e que na SEPED temos uma Coordenação que sabe como capitalizar com projetos de MDL (Coordenação de Mudanças Globais CGMG).

**CAPES:** se colocou à disposição para discutir um programa específico para o PPBio. Também lançará um programa nacional de botânica do qual o PPBio poderá se beneficiar.

**ICMBio:** O PPBio é um mecanismo de interesse para o Instituto e deve ser estendido para todas as unidades do SNUC. O ICMBio tem R\$18 milhões para aplicação em UC que podem ser utilizados na instalação de módulos com a filosofia do PPBio. Os recursos de compensação ambiental também podem ser usados. Tem interesse em discutir a construção de sinergias com o PPBio.

**FAPs:** podem ampliar os recursos do PPBio, inclusive para formação de recursos humanos. As FAPs da BA, CE, MA teriam recursos para contrapartida. O PPBio precisa apresentar uma proposta e agendar uma reunião em Brasília com as FAPs e com a CAPES. A proposta precisa indicar: (i) quantidade e modalidades de bolsas necessárias, (ii) informações em relação a qual são os estados apoiados, (iii) o aporte para cada estado e (iv) o aporte total em cada ação e em cada rubrica. Conselheiro Fábio Edir se prontifica a promover uma reunião com PPBio e presidentes das outras FAPs no máximo em 30 dias para retornar informações sobre o que pode ser aportado pelas FAPs a partir da entrega de informações pela Secretaria Executiva do PPBio.

**Banco do Brasil:** O BB tem um orçamento anual de R\$4 bilhões para o programa de desenvolvimento sustentável para inclusão social e só tem efetivamente gasto centenas de milhares de reais no semi-árido. Essa é uma fonte de recursos que também pode ser utilizada. São feitos planos de negócios com iniciativas que envolvem uso da biodiversidade para fins sustentáveis e proporcionem inclusão social. Porque não fazemos uma proposta para produção de substâncias que são base de fitoterápicos? Domesticação das plantas que já sabemos que funcionam e dar às populações uma oportunidade de inclusão.

Resgatada a idéia de um mecanismo que transforme o PPBio em um programa transversal que perpassa os outros Ministérios e a CAPES.

## 5. Informes e Recomendações:

- O representante do MPEG enfatizou a necessidade de retomarmos o processo de avaliação do PPBio. O Comitê Científico deve receber e encaminhar a avaliação do PPBio ao CD,
- Subsídios do CD e do CC para o evento em novembro: Conferência Científica Internacional “Amazônia em Perspectiva: Por uma Ciência Integrada LBA/PPBio/Geoma
- O representante do MPEG como já havia dito na reunião anterior pede que o Conselho delibere sobre novos mecanismos de execução financeira em relação aos Núcleos Regionais para acelerar e aprimorar a execução dos planos de trabalho anuais.
- O representante da Finep propôs que a CGBD fizesse o mapeamento de sinergias, compilação de informações e criação de panoramas sobre o que está sendo desenvolvido em biodiversidade e sobre os recursos aportados para apresentação na próxima reunião. Não houve consenso, entretanto, sobre a forma de realizar a atividade. A Finep vai entregar a análise e levantamento de investimentos feitos pela Finep nos diversos temas envolvendo biodiversidade. Durante a III reunião do CD a Secretaria Executiva apresentou documento com palavras-chave para levantamento de projetos apoiados na área de biodiversidade. FINEP, CNPQ e CONFAP se propuseram a fazer a pesquisa, no entanto, até o momento só recebemos o resultado do CNPq. O Secretário sugere que devemos ter para a reunião do CD o panorama de investimentos em projetos de biodiversidade.
- O representante do CNPq informou que o órgão está propondo uma agenda de discussões com a CAPES por meio dos fundos setoriais (CT Hidro) para a formação de mestrandos profissionalizantes na área de recursos hídricos. Informou também que há uma proposta do CNPq ao CT Hidro sugerindo a alocação de R\$ 200 mil para seminários e oficinas para acompanhamento da ação no contexto da rede internacional GEO Bon.
- Para a próxima reunião teremos uma proposta de constituição do sistema de informações, indicando produtos e atividades e que tipos de dados podemos inserir na base de dados. Para isso será formado um grupo de trabalho coordenado pela Coordenação Executiva do PPBio (Andrea Portela) e com a participação de membros do CD (CAPES, ICMBIO e Ana Giulietti) e do CC. Qual é a consequência da taxonomia, para que ela serve?
- O PROTAX irá financiar até 2010 em projetos de taxonomia e coleções biológicas aproximadamente R\$ 23 milhões de reais. Devemos nos reunir com CNPq para tentar articular o lançamento dos editais do PROTAX de forma a ir ao encontro das necessidades do PPBio.
- Secretário sugere que a próxima reunião do CD seja no dia 10 de outubro.
- Coordenação Executiva do PPBio informa que a próxima reunião do Comitê Científico será em setembro.